

Disciplina: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Professor Autor: Andréia Martins Lilianne S. Magalhães
Cursos Abrangidos: Pedagogia, História, Geografia, Letra Português, Letras Inglês e Letras Espanhol.	

Ementa	A disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica abrangerá a educação enquanto direito, apresentando, estudando e problematizando aspectos fundamentais da construção histórica da educação nas constituições brasileiras e nas Leis de Diretrizes e Base da educação, focando em questões fundamentais para nosso entendimento da construção do direito a educação. A disciplina também abrangerá documentos históricos como o manifesto dos pioneiros da educação nova, inserção da obrigatoriedade dos estudos sobre negros e índios nos currículos escolares, Estatuto da Criança e do Adolescente, e a obrigatoriedade das escolas públicas brasileiras em ministrar aulas de ensino religioso.
Objetivos Gerais	Esta disciplina objetiva contribuir para a formação de um (a) pedagogo (a) que compreenda o seu campo de trabalho dentro dos contornos legais existentes.
Conteúdo por Módulo	<p>Módulo 1</p> <p><u>Detalhes de Conteúdos:</u></p> <p>Tema do módulo - Legislação e Constituição</p> <p>Objetivos conceituais e de Aplicação – Apresentar a disciplina de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, destacando a importância da mesma para a formação de professores e problematizar a necessidade das leis para a normatização das relações humanas.</p> <p>Referências Bibliográficas</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. <u>Legislação Educacional Brasileira</u>. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. (pgs. 19 a 30).</p> <p>Módulo 2</p> <p><u>Detalhes de Conteúdos:</u></p> <p>Tema do módulo - Histórico da Constituição Brasileira e das Legislações Educacionais.</p>

Objetivos conceituais e de Aplicação - Apresentar as 8 constituições brasileiras, problematizando seu contexto histórico e destacando os aspectos educacionais em cada uma delas e discutir as legislações educacionais brasileiras, a saber: as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 4024/61 e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei 5692/71.

Referências Bibliográficas

FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituições Brasileiras 1823 a 1988*. 2. Ed. Ver. Amp. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação) p. 34 a 40

FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da educação no Brasil (1926-1996)*. Marcos Cezar de **Freitas**, Maurilane de Souza **Biccás**. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica da História da Educação Brasileira; v. 3) – p. 278 a 280.

Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da [República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 27 dez. 1961 e retificado em 28 dez. 1961. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 1 set. 2009.

PILETTI, Nelson & PILETTI. *História da Educação*. 7ª edição - São Paulo/SP - Editora Ática. Série Educação, 2003.

Módulo 3

Detalhes de Conteúdos:

Tema do módulo – Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova

Objetivos conceituais e de Aplicação - Analisar o movimento dos Pioneiros da Escola Nova, focando na leitura do “Manifesto dos - Pioneiros da Educação de 1932” como um importante documento que aborda a construção da educação enquanto um direito.

Referências Bibliográficas

SANTOS, I. S. F. PRESTES, I. P e VALE, A. M. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e privada. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.22, p.131 –149, jun. 2006.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006.

Módulo 4

Detalhes de Conteúdos:

Tema do módulo – Lei de diretrizes e bases da educação nacional 9.394/96 – A Educação brasileira: concepção, princípios, deveres, sistemas de ensino e financiamento da educação escolar.

Objetivos conceituais e de Aplicação – Estudar a lei 9.394/96, focando nos seguintes temas: concepção de educação e educação escolar; dever do Estado para com a Educação; os sistemas de ensino; as funções da união, dos estados e dos municípios; as funções dos estabelecimentos e dos profissionais de ensino frente a educação escolar e o financiamento da educação.

	<p style="text-align: center;">Referências Bibliográficas</p> <p>BRANDÃO, Carlos da Fonseca. <i>Estrutura e Funcionamento do Ensino</i>. – São Paulo: AVERCAMP, 2004</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Educação Escolar, estrutura e organização</i>. São Paulo Cortez, 2009.</p> <p>Módulo 5</p> <p><u>Detalhes de Conteúdos:</u></p> <p>Tema do módulo – Educação básica, níveis e modalidades de ensino.</p> <p>Objetivos conceituais e de Aplicação – Entender a estrutura da educação básica brasileira, discutindo os níveis e as modalidades de ensino que compõem a educação nacional.</p> <p>Referências Bibliográficas</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf acesso em 04/07/2013</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i> / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. –(Coleção Docência em Formação / Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta.</p> <p>Módulo 6</p> <p><u>Detalhes de Conteúdos:</u></p> <p>Tema do módulo – Formação de professores e as questões etno-raciais.</p> <p>Objetivos conceituais e de Aplicação – Problematizar os pontos destacados pela LDB sobre a formação de professores; e estudar as leis: 10.639/2003 e a 11.645/2008.</p> <p style="text-align: center;">Referências Bibliográficas</p> <p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. <i>Estrutura e financiamento do ensino</i>. São Paulo: AVERCAMP, 2004. BRASIL.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</i>. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf acesso em 04/07/2013</p> <p>BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <i>Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil</i>. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007.</p> <p>Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/mj/seppir No 605 de 20 de Maio de 2008.</p>
	BRASIL, Constituição da República Federativa. (edição atualizada)

<p>Bibliografia / Webgrafia básica</p>	<p>CURY, Carlos Jamil. <i>Legislação educacional brasileira</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>Estatuto da Criança e do Adolescente. - Lei 8.069</p> <p>FREITAS, Marcos Cezar de. <i>História social da educação no Brasil (19261996)</i>. Marcos Cezar de Freitas, Maurilane de Souza Biccas. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca básica da História da Educação Brasileira; v. 3)</p> <p>LDB 9394/96 - http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm</p> <p>LIBÂNEO, José Carlos. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i> / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2009. –(Coleção Docência em Formação / Coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta.</p>
<p>Bibliografia / Webgrafia complementar</p>	<p>BRANDÃO, Carlos da Fonseca. <i>Estrutura e Funcionamento do Ensino</i>. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <i>Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil</i>. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007.</p> <p>Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec/mj/seppir No 605 de 20 de Maio de 2008.</p> <p>SAVIANI, Dermeval – <i>Política e Educação no Brasil</i>. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1988 – Introdução e Capítulo I.</p>
<p>Avaliação da Aprendizagem</p>	<p>1º bimestre: Prova Presencial – Institucional (Prova QUALIS) = 2 pontos, Atividades Online – (Módulos I ao VI) = 8 pontos</p> <p>2º bimestre: Prova Presencial = 10 pontos</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 10px; margin: 10px 0;"> <p>Média Final = Provas Presenciais (peso 1,20) + Atividades on-line (peso 0,8) /2</p> <p>O informe das notas bimestrais será realizado em duas etapas, compreendendo a primeira a uma prova institucional baseada no currículo de habilidades e competências do curso e, a realização de atividades on-line. No segundo bimestre haverá apenas uma prova presencial.</p> <p style="text-align: center;">Ao final a média será composta pela soma de todas as atividades, ressaltado o maior peso para as avaliações presenciais (120%) em relação as atividades on-line (80%).</p> </div> <p>Com Prova Substitutiva e Recuperação</p>